Emendas à MP das bets convergem para proibir cassino online

iGBRASIL

Notícias · Utilidades · Recursos para operadores de iGaming

Regulação · Estratégico

Emendas à MP das bets convergem para proibir cassino online

Com o prazo encerrado em 13/10, o conjunto de propostas aponta para manter a aposta esportiva e vedar a vertical de cassino — e a decisão migra do STF para o Congresso

Por Redação iGBRASIL, Redação

Publicado em 15/10/2026 às 07h03

· 5 min de leitura

Por que importa

O cenário-base de 2027 deixa de ser retomada integral: as emendas majoritárias desenham um mercado só-esporte, com receita de cassino zerada.

Provedores de jogos e times de produto de cassino estão no ponto de maior consenso para proibição definitiva, inclusive entre parlamentares favoráveis ao setor.

A janela de influência é a relatoria, ainda sem relator designado — não o plenário, que votará sob regime de urgência com a pauta trancada.

Emendas à MP das bets convergem para proibir cassino online

O prazo de emendas à Medida Provisória nº 1.394/2026, que proíbe as apostas de quota fixa no Brasil, encerrou-se em 13 de outubro, e o conjunto de propostas protocoladas não aponta para a restauração do mercado: a convergência majoritária é manter a aposta esportiva e proibir integralmente o cassino online. Para quem mantinha estrutura mínima na expectativa de voltar com o portfólio completo, a premissa de orçamento muda agora.

A contagem oficial ainda não está fixada. O iGaming Business informou, em 14/10, 99 emendas protocoladas, com 5 retiradas pelos autores e 95 a analisar. O iGaming Brazil, na mesma data, publicou 97. A divergência não foi reconciliada nesta apuração: a ficha da MPV 1394/2026 no sistema do Congresso Nacional não pôde ser aberta para fixar o número definitivo.

O salto é expressivo em uma semana. Até a noite de 6 de outubro havia 48 emendas protocoladas, número que o iGBRASIL publicou em 8/10, quando a MP das bets chegou a 48 emendas e seguia sem relator definido.

O que as emendas propõem

Nenhuma emenda tem eficácia. O texto em vigor desde 25/09/2026 é o da MP original, que extinguiu as autorizações em 30 dias contados da edição e não prevê devolução da outorga de R$ 30 milhões paga por operador. Tudo o que as propostas preveem — manutenção da vertical esportiva, certificação de jogos, restrição de naming rights, destinação de recursos ao Fundo Nacional de Saúde — é proposta, não norma.

O teor literal de cada emenda, com numeração e autoria, não foi verificado individualmente nesta apuração. O que está documentado é a direção predominante do conjunto, descrita pelas duas publicações setoriais que fecharam a contagem em 14/10.

Linhas que aparecem no conjunto de emendas

Manter a aposta esportiva e proibir integralmente o cassino online — ponto de maior consenso, inclusive entre parlamentares favoráveis ao setor

Vedar naming rights de estádios, ginásios, competições e centros de treinamento

Liberar publicidade apenas para a vertical esportiva

Vedar mercados de evento isolado no produto esportivo: cartões, escanteios, pênaltis

Emendas à MP das bets convergem para proibir cassino online

Certificação de jogos e destinação de receita ao Fundo Nacional de Saúde

Decisão sai do STF e vai ao Congresso

Os pedidos de suspensão da MP tramitam no Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade sob relatoria do ministro Luiz Fux, sem decisão liminar até o fechamento desta edição. A sinalização apurada é que a apreciação dos pedidos só ocorra depois do segundo turno das eleições. Com o judiciário em compasso de espera e quase cem emendas na mesa, o eixo da decisão se desloca para a comissão mista.

O relator ainda não foi designado e o cronograma da comissão mista não está confirmado. É esse o ponto em que o texto será consolidado: depois da leitura do parecer, a margem de alteração cai. Quem quiser influenciar precisa ter posição técnica escrita antes da designação, não depois.

MarcoSituação

Edição da MP25/09/2026, com eficácia imediata

Encerramento das autorizações30 dias contados da MP

Prazo de emendasProrrogado de 1º/10 para 13/10

Emendas a analisar95 (iGaming Business) ou 97 (iGaming Brazil) — contagem oficial não confirmada

Prazo de tramitação60 dias, prorrogáveis por mais 60

Regime de urgênciaA partir do 45º dia, trancando a pauta — data exata não checada em fonte oficial

RelatorNão designado

Liminar no STFSem decisão; relatoria do ministro Luiz Fux

MP 1.394/2026 — marcos de tramitação

O que refazer no plano de 2027

A consequência prática mais imediata é orçamentária. O cenário-base de 2027 precisa ser recalculado com receita só-esporte e cassino zerado, tratando a retomada integral como

alternativa, não como centro. Quem depende de aquisição paga já teve de refazer a conta do CPA na hipótese de voltar só o esporte — agora essa hipótese é a mais provável no desenho das emendas.

Mapear quais emendas atingem o portfólio e consolidar posição técnica por escrito antes da designação do relator.

Revisar contratos de patrocínio e naming rights com vigência pós-MP: o risco é vedação legal permanente, não suspensão temporária.

Estimar perda de handle por tipo de mercado caso caiam os eventos isolados — cartões, escanteios, pênaltis — antes da votação.

Decidir sobre a vertical de cassino com base em proibição definitiva, não em pausa: a questão do contrato com provedor de jogos deixa de ser suspender ou rescindir por prazo.

Não condicionar o plano à liminar do STF, esperada apenas após o segundo turno.

Para os times de cassino, a leitura é mais dura: a vertical é o ponto de maior convergência para proibição definitiva. A decisão entre suspender ou rescindir o contrato com provedor de jogos de cassino muda de natureza quando a hipótese central deixa de ser uma interrupção com prazo.

iGBRASIL

A ausência de reembolso da outorga segue no texto original, sem emenda aprovada que a altere — questão que já pesa em qualquer tentativa de precificar uma operadora sem outorga. Enquanto a MP produzir efeitos, a Lei 14.790/2023 e a regulamentação da SPA/MF seguem atingidas pela proibição, e as obrigações que continuam valendo após o encerramento não dependem do desfecho no Congresso.

Não houve, nesta apuração, fala textual atribuível de parlamentar, relator ou autoridade do Executivo sobre o conjunto de emendas. As datas exatas do 45º e do 60º dia de tramitação devem ser conferidas no sistema do Congresso antes de entrarem em qualquer cronograma interno.

Acompanhe a relatoria da MP 1.394

Receba a designação do relator, o número oficial de emendas e as datas de regime de urgência assim que saírem do sistema do Congresso. Para receber a análise do que muda para operadores, assine a newsletter do iGBRASIL.

Emendas à MP das bets convergem para proibir cassino online

Assuntos:

Cassino online · Congresso Nacional · Lei 14.790/2023 · MP 1.394/2026 · Regulação · STF

Fonte original:

https://igbrasil.com/noticias/regulacao/emendas-a-mp-das-bets-convergem-para-proibir-cassino-online

Documento gerado em 28/10/2026 às 22h28.

Reprodução permitida mediante citação da fonte e link para o endereço acima.

© 2026 iGBRASIL. Conteúdo destinado a maiores de 18 anos.